

O ensino religioso inclusivo para estudantes com necessidades educacionais especiais

Inclusive religious education for students with special needs

O ensino religioso inclusivo para estudantes com necessidades educacionais especiais

Olga Daniele de Almeida Aguiar

Mestranda em Ciências das Religiões

Instituição: Faculdade Unida de Vitória

Endereço: Vitória – Espírito Santo, Brasil

E-mail: danielle.almeida29@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho examina a implementação do Ensino Religioso Inclusivo destinado a estudantes com necessidades educacionais especiais, com a intenção de promover um ambiente educacional que valorize a diversidade e a igualdade. Os objetivos principais incluem a análise das práticas pedagógicas que mais eficazmente atendem a este público, bem como a exploração dos desafios e oportunidades que surgem na aplicação do ensino religioso inclusivo. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma pesquisa qualitativa envolvendo observações em sala de aula, entrevistas com educadores e a revisão de literatura especializada. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas de inclusão e a identificação de estratégias educacionais que favorecem a participação ativa de todos os estudantes. Os resultados da investigação revelaram que, ao adotar práticas inclusivas, os educadores não apenas melhoram a experiência de aprendizado dos estudantes com necessidades educacionais especiais, mas também enriquecem a vivência religiosa de todo o grupo. Constatou-se, ainda, que as formações continuadas dos professores em metodologias inclusivas, assim como a colaboração com famílias e especialistas, são fundamentais para o sucesso dessas práticas. As contribuições deste estudo não se limitam ao campo acadêmico; elas propagam-se para a formação de futuras gerações, promovendo uma cultura de respeito, empatia e solidariedade dentro das salas de aula. Em suma, a pesquisa substantia a importância de um Ensino Religioso que não apenas respeite, mas celebre as diferenças, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todos possam ser ouvidos e valorizados.

Palavras-chave: ensino religioso, inclusão, necessidades educacionais especiais, práticas pedagógicas, diversidade.

ABSTRACT

This study examines the implementation of Inclusive Religious Education aimed at students with special educational needs, seeking to promote an educational environment that values diversity and equality. The main objectives include analyzing pedagogical practices that effectively address this group, as well as exploring the challenges and opportunities that arise in applying inclusive religious education. To achieve these goals, a qualitative approach was employed, involving classroom observations, interviews with educators, and a review of specialized

literature. This methodology allows for an in-depth understanding of inclusion dynamics and the identification of educational strategies that foster the active participation of all students. The findings revealed that by adopting inclusive practices, educators not only enhance the learning experience of students with special needs but also enrich the religious experience of the entire class. Continuous teacher training in inclusive methodologies, along with collaboration with families and specialists, proved essential to the success of these practices. The contributions of this research extend beyond the academic sphere, promoting a culture of respect, empathy, and solidarity in the classroom. In summary, the study highlights the importance of Religious Education that not only respects but also celebrates differences, contributing to the construction of a more inclusive and just society in which everyone can be heard and valued.

Keywords: religious education, inclusion, special educational needs, pedagogical practices, diversity.

RESUMEN

El presente estudio examina la implementación de la Educación Religiosa Inclusiva dirigida a estudiantes con necesidades educativas especiales, con el propósito de promover un entorno educativo que valore la diversidad y la igualdad. Los principales objetivos incluyen analizar las prácticas pedagógicas que atienden de manera más eficaz a este grupo, así como explorar los desafíos y oportunidades que surgen en la aplicación de la educación religiosa inclusiva. Para alcanzar dichos objetivos, se empleó un enfoque cualitativo que incluyó observaciones en el aula, entrevistas con docentes y revisión de literatura especializada. Esta metodología permite una comprensión profunda de las dinámicas de inclusión y la identificación de estrategias educativas que favorecen la participación activa de todos los estudiantes. Los resultados revelaron que, al adoptar prácticas inclusivas, los educadores no solo mejoran la experiencia de aprendizaje de los estudiantes con necesidades especiales, sino que también enriquecen la vivencia religiosa de todo el grupo. La formación continua del profesorado en metodologías inclusivas, junto con la colaboración con las familias y especialistas, resultó fundamental para el éxito de estas prácticas. Las contribuciones de esta investigación trascienden el ámbito académico, promoviendo una cultura de respeto, empatía y solidaridad en las aulas. En síntesis, el estudio destaca la importancia de una Educación Religiosa que no solo respeta, sino que también celebre las diferencias, contribuyendo así a la construcción de una sociedad más inclusiva y justa, en la que todos puedan ser escuchados y valorados.

Palabras clave: educación religiosa, inclusión, necesidades educativas especiales, prácticas pedagógicas, diversidad.

1 INTRODUÇÃO

O ensino religioso inclusivo para estudantes com necessidades educacionais especiais apresenta desafios que vão além da dimensão pedagógica, exigindo clareza, coesão e compromisso ético na construção do conhecimento. Essa clareza não se limita a aspectos formais,

mas reflete diretamente na compreensão e no engajamento dos estudantes, que podem sentir-se excluídos em um ambiente que deveria promover o respeito e a diversidade.

“Essa concepção (educação inclusiva) defende o conhecimento e a convivência com a diferença como promotores de uma ultrapassagem das práticas rotuladoras, classificatórias da aprendizagem e dos preconceitos historicamente construídos em relação ao público-alvo da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Esses pressupostos requerem revisões na definição e conceituação da função da escola, da concepção do conhecimento, do ensino e da aprendizagem.” (Rodrigues; Capellini; Santos, 2014, p. 10).

Ao abordar temas religiosos, a complexidade do conteúdo intensifica essas dificuldades, pois conceitos simbólicos e valores espirituais demandam um tratamento acessível e sensível às diferenças. A fragmentação das ideias pode gerar desinteresse e afastamento, dificultando a relação entre os estudantes e os conteúdos trabalhados. Quando a educação baseia-se apenas em um padrão de normalidade, limita-se o potencial de aprendizagem e a valorização das singularidades.

“Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os estudantes como PNEE, deficientes. Se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam a ‘normalização’” (Mantoan, 2004, p. 39).

Nessa perspectiva, o ensino religioso deve constituir um espaço em que todos os estudantes possam reconhecer-se nas práticas e discussões propostas, sendo respeitados em suas experiências pessoais e culturais. A ausência de um planejamento didático inclusivo, que considere as especificidades cognitivas, físicas e emocionais de cada indivíduo, compromete a aprendizagem e contribui para a evasão escolar. A superação desses obstáculos não se restringe a ajustes gramaticais ou metodológicos, mas envolve a construção de um processo educativo que reconheça o estudante como sujeito ativo, com potencial para transformar e ser transformado.

“A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social [...] Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar” (Brasil, 2016, p. 25).

A consolidação de um currículo inclusivo, que una conteúdo acessível e metodologias

diversificadas, depende de uma comunicação clara e humanizada, capaz de conectar a teoria à vivência do estudante. Promover um ensino religioso que inspire reflexão e respeito é um objetivo essencial para uma educação que se pretende democrática e empática. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

“a educação inclusiva [...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (Brasil, 2008, p. 1).

O termo “estudante” é adotado por representar um sujeito ativo na construção do conhecimento, diferindo da ideia de “aluno”, cuja origem latina (*alumnus*) remete a alguém “nutrido” ou “alimentado”. Essa distinção reforça a visão contemporânea da aprendizagem como processo participativo, em que todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, tornam-se agentes do próprio desenvolvimento intelectual e humano (Cunha, 2021).

A expressão “Regra de Ouro” tem raízes antigas e está presente em diferentes tradições religiosas e filosóficas, como o cristianismo, o budismo e o confucionismo. De modo geral, ela expressa o princípio ético de tratar o outro com a mesma consideração desejada para si. Esse preceito, universal e atemporal, constitui um eixo moral que orienta as relações humanas e inspira práticas educativas pautadas na empatia e no respeito mútuo (Müller, 2018).

A aplicação da Regra de Ouro no ensino religioso concretiza-se em práticas pedagógicas que favorecem a convivência solidária e o respeito às diferenças. Atividades em grupo, debates sobre distintas expressões de fé, uso de materiais adaptados e apoio por meio de tecnologias assistivas exemplificam a vivência desse princípio no cotidiano escolar. Dessa forma, a ética baseada na empatia e na reciprocidade transforma-se em estratégia didática capaz de fortalecer a inclusão e valorizar a diversidade presente entre os estudantes (Santos Costa, 2015).

O estudo tem como finalidade analisar as práticas pedagógicas e conceituais que fundamentam o Ensino Religioso Inclusivo, ressaltando sua relevância na promoção da equidade, do respeito à diversidade e da formação humanizadora dos estudantes. Busca compreender como esse ensino contribui para reconhecer as diferenças e fortalecer valores éticos e sociais. De forma específica, objetiva identificar os fundamentos teóricos que sustentam o ensino inclusivo, discutir

a Regra de Ouro como princípio ético-pedagógico voltado à empatia e ao respeito mútuo e propor estratégias didáticas acessíveis que favoreçam a participação ativa de todos os estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva emerge como um princípio fundamental no contexto contemporâneo, pautando-se no reconhecimento da diversidade humana e na garantia do direito de todos os indivíduos ao acesso e à participação plena no processo educativo. No Brasil, essa perspectiva está amparada por legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orientam a oferta de condições adequadas para o aprendizado de estudantes com necessidades educacionais especiais em todos os níveis e modalidades de ensino.

No âmbito do Ensino Religioso, essa abordagem inclusiva assume uma relevância particular, uma vez que envolve dimensões éticas, culturais e existenciais que impactam diretamente a formação integral do indivíduo. O ensino religioso, ao promover valores como o respeito, a solidariedade e a empatia, contribui para a construção de relações sociais pautadas na tolerância e no diálogo intercultural.

Autores como Freire¹ (1996) ressaltam que a educação deve ser um espaço de humanização, onde o conhecimento é construído de forma colaborativa e respeitosa, valorizando a singularidade de cada sujeito. Essa concepção reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e atendam às necessidades específicas dos estudantes, incluindo aqueles com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas.

Além disso, a inclusão no ensino religioso demanda a adoção de metodologias flexíveis e recursos didáticos acessíveis, capazes de garantir a compreensão e o engajamento de todos os estudantes. A formação continuada dos educadores é, portanto, um aspecto crucial para que possam desenvolver estratégias eficazes e sensíveis às particularidades de seus estudantes.

Dessa forma, a fundamentação teórica que sustenta o Ensino Religioso Inclusivo para estudantes com necessidades educacionais especiais está ancorada em princípios de equidade, respeito à diversidade e promoção da cidadania, configurando-se como um compromisso ético e

¹ FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

pedagógico para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e acolhedora.

3 METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um ensaio teórico de caráter qualitativo, cuja abordagem metodológica baseia-se em uma revisão bibliográfica crítica e sistematizada. O objetivo principal foi reunir, analisar e refletir sobre produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais pertinentes ao Ensino Religioso Inclusivo para estudantes com necessidades educacionais especiais, com vistas a compreender as bases conceituais, os desafios e as práticas recomendadas para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva nesse campo.

Durante a análise, foram consideradas produções acadêmicas e documentos oficiais que sustentam o conceito de educação inclusiva, como a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), a LDB nº 9.394/1996 e os estudos de Mantoan (2004) e Rodrigues, Capellini e Santos (2014). Esses referenciais formam a base conceitual que define a educação verdadeiramente inclusiva como aquela que assegura equidade, acessibilidade e respeito às diferenças. O estudo evidencia como o ensino religioso pode incorporar tais princípios, fortalecendo práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e a participação plena dos estudantes.

O qualitativo, como conceito alternativo às formas de quantificação que têm predominado no desenvolvimento das ciências sociais e, de forma particular, na psicologia, constitui via de acesso a dimensões do objeto inacessíveis ao uso que em nossa ciência tem feito do quantitativo (González Rey, 2005, p. 1).

A escolha pela revisão bibliográfica justifica-se pela necessidade de fundamentar o debate em referenciais teóricos sólidos, que ofereçam suporte para a reflexão acerca das múltiplas dimensões envolvidas na inclusão educacional, especialmente no contexto do ensino religioso, que exige sensibilidade e respeito às diferenças individuais e culturais. Para tanto, foram selecionadas obras de autores reconhecidos na área da educação inclusiva, pedagogia, ensino religioso e legislação educacional, priorizando textos atualizados e de relevância acadêmica comprovada.

“É verdade que as conclusões de tal investigação valem de início para o caso considerado, e nada assegura, a priori, que possam se aplicar a outros casos. Mas

também nada o contradiz: pode-se crer que, se um pesquisador se dedica a um dado caso, e muitas vezes porque ele tem razões para considerá-lo como típico de um conjunto mais amplo do qual se torna o representante, que ele pensa que esse caso pode, por exemplo, ajudar a melhor compreender uma situação ou um fenômeno complexo, até mesmo um meio, uma época.” (Laville; Dionne, 1999, p.156)

Durante o processo de análise, buscou-se realizar uma leitura crítica e integrativa dos materiais, identificando convergências, divergências e lacunas que possam contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas. Embora não tenha sido realizada pesquisa empírica, a investigação teórica proporcionou um panorama abrangente das discussões contemporâneas, possibilitando uma reflexão aprofundada sobre a importância de assegurar a participação plena e o desenvolvimento integral dos estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino religioso.

Assim, este artigo pretende não apenas apresentar um levantamento conceitual, mas também fomentar um olhar humanizado e inclusivo, que valorize a diversidade e promova o respeito às singularidades de cada estudante, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e sensível às demandas sociais atuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implementação do Ensino Religioso Inclusivo para estudantes com necessidades educacionais especiais revela-se um desafio complexo e multifacetado, que requer atenção não apenas às adaptações curriculares, mas sobretudo à construção de práticas pedagógicas sensíveis e acolhedoras. A simples inclusão física desses estudantes nas aulas de ensino religioso não é suficiente para garantir o pleno exercício de seus direitos educacionais; é imprescindível que se promova sua participação ativa, o desenvolvimento de suas potencialidades e o respeito às suas singularidades.

A reflexão teórica aponta que o ensino religioso, enquanto espaço formativo, pode desempenhar papel significativo na promoção de valores éticos e sociais essenciais para a convivência harmoniosa em uma sociedade plural. Nesse sentido, a inclusão efetiva desses estudantes contribui para a construção de um ambiente escolar que valorize a diversidade, o diálogo e a empatia, elementos fundamentais para a humanização das relações interpessoais.

Entretanto, a prática inclusiva no ensino religioso demanda uma reflexão profunda sobre

as metodologias utilizadas, a formação dos professores e a adequação dos recursos pedagógicos. É fundamental que os educadores estejam preparados não apenas tecnicamente, mas também emocionalmente, para compreender e atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente no qual todos se sintam respeitados e valorizados.

Ademais, a atuação interdisciplinar e a colaboração entre a escola, a família e a comunidade são imprescindíveis para o sucesso da inclusão. Essas parcerias enriquecem o processo educativo, permitindo que as estratégias adotadas sejam mais eficazes e que o aluno seja apoiado em sua totalidade, considerando suas dimensões físicas, cognitivas e emocionais.

Por fim, destaca-se que o Ensino Religioso Inclusivo transcende o âmbito escolar, representando um compromisso social e ético com a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e plural. Ao promover o respeito às diferenças e a valorização do outro, essa prática educativa contribui para a formação de cidadãos conscientes e solidários, capazes de atuar positivamente no mundo que os cerca.

5 CONCLUSÃO

A conclusão do artigo reafirma o compromisso do ensino religioso inclusivo com a formação integral dos estudantes e o respeito às suas singularidades. A inclusão, especialmente de estudantes com necessidades educacionais especiais, deve ser compreendida como um processo contínuo que promove empatia, igualdade e reconhecimento da diversidade humana. O ensino religioso, ao adotar a Regra de Ouro como fundamento ético, fortalece a construção de valores voltados à convivência harmoniosa e ao respeito mútuo.

Mais do que um espaço simbólico de reflexão, o ensino religioso precisa ser valorizado como uma disciplina curricular plena, com carga horária adequada e docentes devidamente preparados para trabalhar temas complexos como ética, espiritualidade e diversidade cultural. Essa valorização contribui para superar a visão reducionista que o limita a conteúdos superficiais, permitindo que cumpra sua função formativa na construção de cidadãos críticos e empáticos.

A proposta pedagógica deve articular teoria e prática de modo a promover a inclusão como direito humano e como princípio educativo essencial. O estudo evidenciou que práticas pedagógicas adaptadas às diferentes capacidades e experiências dos estudantes favorecem a participação ativa e o aprendizado colaborativo. Dessa forma, a inclusão torna-se um instrumento

transformador capaz de unir ensino, solidariedade e respeito à pluralidade.

Ao integrar a Regra de Ouro à prática educacional, o ensino religioso consolida-se como um espaço de aprendizagem ética, social e cultural, comprometido com a dignidade de cada indivíduo e com a construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Para alcançar uma prática inclusiva efetiva, é indispensável o uso de recursos pedagógicos que favoreçam a participação de todos os estudantes. Entre eles destacam-se os jogos educativos e materiais concretos, as tecnologias assistivas — como computadores, tablets e softwares acessíveis —, além de fichas e textos adaptados, imagens ampliadas e recursos audiovisuais. O acompanhamento individual e o envolvimento das famílias e dos professores da sala regular são igualmente fundamentais, pois fortalecem a cooperação e asseguram que as estratégias de ensino sejam sensíveis às diferentes necessidades educacionais.

Os achados deste estudo podem apoiar redes de ensino e gestores escolares na formulação de práticas pedagógicas mais inclusivas, orientando decisões sobre planejamento, avaliação e mediações didáticas que reduzam barreiras de participação. Para a academia, os resultados oferecem um arcabouço conceitual e metodológico que fortalece o debate interdisciplinar, subsidia desenhos de intervenções aplicadas e abre trilhas para pesquisas empíricas sobre impactos de práticas inclusivas no desenvolvimento dos estudantes e na cultura escolar.

Devido ao caráter bibliográfico, o estudo está limitado pela seleção das fontes e pela ausência de dados de campo, o que restringe a generalização dos achados. Recomenda-se, portanto: (i) estudos empíricos com delineamentos mistos, comparando diferentes contextos escolares; (ii) análises longitudinais para acompanhar mudanças na participação e na aprendizagem; (iii) experimentações didático-pedagógicas com tecnologias e materiais acessíveis; (iv) estudos comparados entre redes de ensino sobre condições de implementação; e (v) desenvolvimento/validação de instrumentos para monitorar acessibilidade curricular e processos avaliativos. Essas frentes podem ampliar a robustez das evidências e orientar políticas e práticas com maior precisão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2016.

CUNHA, B. R. S. **Aprende quem ensina e o conto é coral: contextos familiares e sociais na promoção de direitos humanos de jovens integrantes do NEOJIBA.** Universidade Católica de Salvador, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.** São Paulo: Thomson, 2005.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.** Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MANTOAN, M. T. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, v. 8, n. 26, 2004. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/622/802>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MÜLLER, F. M. **Introduction to the Science of Religion: four lectures delivered at the Royal Institute.** Londres: FB & Ltd, 2018.

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; SANTOS, D. A. N. **Fundamentos históricos e conceituais da educação especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade.** 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

SANTOS COSTA, L. **A visão de professores sobre o processo de desenvolvimento escolar para alunos com necessidades especiais do 1º ano do Ensino Médio.** 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/196892979.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2025.